

SUICÍDIO: DESAFIO PARA PSICOLOGIA E PARA SAÚDE PÚBLICA

Daniela de Fátima Martins Raimundo¹

Magali de Paula Silva Santana²

Fernanda Bicalho Pereira³

fernandabicalhopereira@gmail.com

Área do conhecimento: Ciências Humanas

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a importância da conscientização e a prevenção do suicídio, a partir da observação e participação em uma mobilização com tema "Setembro amarelo". O trabalho foi realizado na disciplina de Estágio Básico I, do curso de bacharelado em Psicologia. O objetivo foi analisar uma estratégia para a conscientização e prevenção dos casos de suicídio em um município do interior do estado de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. Quando se aborda o tema suicídio surgem vários questionamentos como o porquê as pessoas acabam se matando e quais os sentimentos que rodeavam aquele indivíduo. Abordar a temática do suicídio implica uma série de desafios. A divulgação de casos de suicídios pode favorecer a ocorrência de novos casos, mas quando se aborda o tema de uma forma responsável auxilia na prevenção de novos casos.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio; Prevenção; Saúde pública; Assistência social.

INTRODUÇÃO

O suicídio tem se colocado como um importante desafio para psicólogos e responsáveis pela saúde. O assustador aumento no número de casos identificado nos últimos anos tem sinalizado a importância de que o tema seja alvo de novos estudos e intervenções a fim de suas novas configurações possam ser analisadas, e estratégias para a prevenção sejam implementadas. Trata-se de um fenômeno que tem sido silenciado pela sociedade durante longos anos, mas que exige ser abordado de forma responsável para que se consiga promover estratégias para a prevenção (BARBOSA, MACEDO E SILVEIRA, 2011).

São identificados casos autocídio dentre os mais diversos grupos sociais e etários. No entanto, existem algumas situações que, quando vivenciadas pelos sujeitos, torna-os mais propícios ao ideário suicida, aumentando o risco de que o ato seja cometido (MOTA, 2018).

Entendido como um problema de saúde pública estima-se cerca de 800 mil casos por ano em todo o mundo, o que faz do suicídio uma das principais causas de

morte, com uma expectativa de crescimento desses números nas próximas décadas (WHO, 2014).

Tanto o ideário suicida, quanto o ato em si, são entendidos como fenômenos complexos e multicausais. É impossível atribuir uma causa ou um motivo específico para a sua ocorrência, sendo que, em geral, é o resultado de longo processo de adoecimento e sofrimento mental por parte do indivíduo. Dessa forma, a detecção precoce do comportamento suicida, bem como o tratamento adequado, são grandes aliados na prevenção (MOTA, 2018).

Esse assunto vem sendo estudado por diversas áreas do saber, compreendendo o caráter interdisciplinar e multicausal que a temática exige. Ainda assim, pode-se dizer que as ações para a prevenção ainda são incipientes, e não foram suficientes para alcançar a redução do número de óbitos. O comportamento suicida necessita ser discutido especialmente pelos profissionais de saúde conforme a presença de algumas características relevantes como impulsividade ambivalente e retraimento, agressividade, indicações de sinais de alerta, antecedentes familiares e presença de ideação suicida (CFP, 2013).

O presente estudo tem como objetivo analisar uma estratégia para a conscientização e prevenção dos casos de suicídio em um município do interior do estado de Minas Gerais. Tal intervenção foi desenvolvida a partir de uma parceria entre os profissionais do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), e foi acompanhado durante as atividades do Estágio Curricular Básico, do curso de Psicologia da Faculdade Vértice.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de saúde passou por intensas transformações ao longo da história. Segundo Scliar (2007), o entendimento de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural de um grupo social, de forma que difere entre as pessoas, sofre a influência dos processos históricos, do lugar e da classe social.

Após a Reforma Sanitária Brasileira, a perspectiva curativista e centrada no hospital dá lugar, gradativamente, a um conceito complexo de saúde, considerada como um direito de todos, perpassando determinantes sociais, tais como acesso a

alimentação, educação, habitação, renda, trabalho, dentro outros (PREUSS; MARTINS, 2019).

O Sistema Único de Saúde foi criado a partir do artigo 198 da Constituição Federal, com propósito de efetivar um conceito ampliado de saúde, sendo estruturado entorno de três princípios fundamentais: universalidade, integralidade e equidade (PREUSS; MARTINS, 2019; SCLIAR, 2007).

A universalidade define como responsabilidade do estado a garantia do acesso à saúde a todos os cidadãos. Não se trata apenas de acesso aos serviços de saúde, mas assegurar condições de vida favoráveis à saúde (PREUSS; MARTINS, 2019).

Já a integralidade se configura como uma redefinição do modo como se presta os cuidados em saúde, priorizando o vínculo com o paciente e a promoção da autonomia no cuidado. Desse modo, os serviços de saúde devem reconhecer as singularidades e as subjetividades, produzindo um cuidado a partir das necessidades específicas dos usuários atendidos (COLACO, *et al.*, 2019).

Por equidade entende-se que a prestação do cuidado em saúde deve ser pautada nas necessidades dos indivíduos, de modo que aqueles que necessitam mais, recebam uma assistência maior e específica, e os que necessitam menos, sejam atendidos na medida da sua necessidade (SILVA; ALMEIDA; ARAUJO JUNIOR, 2019).

Desde as discussões A saúde não é mais vista como uma responsabilidade individual, pertencente apenas ao campo biológico, passando a abranger aspectos sociais. Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), diversas propostas têm sido implantadas nas áreas vinculadas a atenção primária a saúde - Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o núcleo de apoio, pelo fato destas propostas serem novas o trabalho dos profissionais envolvidos ser pouco conhecido (GONÇALVES *et al.*, 2015).

Em 2008 foram instituídos os NASF pela portaria nº 154 do ministério da saúde. O NASF tem como objetivo contribuir para a melhoria da resolução dos casos atendidos pela atenção primária, dando mais qualidade as ações e fortalecendo a rede de cuidados em saúde. As equipes formadas pelo NASF são de diferentes categorias profissionais, tais como professores de educação física,

fonoaudiólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, entre outros (CELA; OLIVEIRA, 2015).

Já o CRAS destina-se a população que está em situação de vulnerabilidade social, pobreza ou rompimento de vínculos afetivos, é casos que implicam na violação dos direitos (abuso sexual, violência, pessoas em situação de rua, exploração do trabalho infantil, etc.). O objetivo da atuação do CRAS é a prevenção da violação de direitos e promoção da vida. O psicólogo como profissional técnico da Assistência Social, tem por função o fortalecimento das políticas públicas e o fortalecimento dos usuários enquanto sujeitos de direitos. O profissional de psicologia, devem atuar no CRAS com o propósito de promover o fortalecimento de vínculos e promover autonomia em uma perspectiva da cidadania (CREPOP, 2007).

O suicídio é a ato de matar a si próprio. Trata-se de um tema cercado por muito desconhecimento, sendo silenciado pela sociedade (MOTA, 2018). A Organização Mundial da Saúde estima que em 2020 aproximadamente 1,53 milhão de pessoas morrerá por suicídio no mundo o que equivale a uma morte por suicídio a cada 20 segundos (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

O comportamento suicida necessita ser discutido pelos profissionais de saúde conforme a presença de determinadas características como impulsividade, ambivalência, retraimento e agressividade, características que se configuram como indicações de sinais de alerta, antecedentes familiares e a presença de ideação suicida (CFP, 2013).

Bastos (2009) afirma que banalizar a questão do suicídio e seu impacto no grupo social é um dos maiores dificultadores para a prevenção de novos casos. É necessário pensar o suicídio como um acontecimento complexo, circunscrito na vida social e coletiva. Tanto os sobreviventes de tentativas de suicídio, quanto familiares, precisam de assistência para dar significado e lidar com a temática.

Para a efetivação da universalidade, integralidade e da equidade no SUS, faz necessária a ampliação do debate entorno do suicídio, especialmente pelas equipes atuantes na atenção primária em saúde e nas políticas de assistência social. Desta forma, será possível a criação de estratégias de enfrentamento, atentas e coerentes com as necessidades e demandas da população de cada território.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. Os dados foram coletados a partir da técnica da Observação Participante. Parte integrante das atividades do Estágio Supervisionado Básico, do curso de psicologia da Faculdade Vértice, foram realizadas observações durante uma passeata, com o tema 'setembro amarelo', promovida pela parceria entre os profissionais do CRAS e do NASF de uma cidade do interior de Minas Gerais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A ação que é alvo da presente investigação consistiu em uma passeata de mobilização, fazendo memória ao setembro amarelo com o apoio do CRAS e do NASF do município. A passeata ocorreu no dia 25 de agosto de 2017, sexta feira as 09h30min da manhã. Essa mobilização contou com a participação da Escola Estadual da cidade, com aproximadamente 150 alunos. Fizeram-se presentes, ainda, a Polícia Militar, funcionários e usuários dos postos de saúde (UBS), do CAPS, do CRAS e do NASF do município.

Durante o percurso da passeata houveram algumas falas e a participação de profissionais das instituições da saúde e da área social. Ao longo da caminhada pode-se ouvir muitas piadas proferidas pelos adolescentes em relação à mobilização, demonstrando o pouco envolvimento dos mesmos com a proposta do evento. Ao passo que alguns demonstravam interesse, estando atentos às falas e intervenções que estavam acontecendo no momento.

Em um dado momento, uma jovem relatou à estagiária, que convive com alguns pensamentos autodestrutivos, decorrentes de sentimentos de angústia. Outro participante relatou ter realizado uma tentativa de suicídio, a qual promoveu algumas sequelas físicas e o sentimento de arrependimento pelo ato.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), a família deve estar muito atenta em relação ao comportamento suicida. Recorrentemente, as pessoas sinalizam a intensão pelo suicídio. Intervenções precoces aumentam em muito a possibilidade de sucesso na prevenção do suicídio. É comum, ainda, um silenciamento produzido e sustentado pelos familiares enlutados por um autocídio. Em geral, trata-se de um tema muito desafiador, carregado por um estigma social e

um preconceito, que favorece com que as pessoas não falem a respeito, não comuniquem a verdadeira causa da morte do familiar, e utilize de outras estratégias para que não seja associado o suicídio àquele parente falecido (MOTA, 2018).

Nesse sentido, analisa-se que a intervenção desenvolvida e aqui analisada, apesar de pontual e incipiente, foi potente na divulgação de informações sobre o suicídio, de forma que pode ter contribuído para romper o silenciamento que muitas vezes é característico desta temática na sociedade.

O envolvimento da escola na mobilização também configura uma estratégia de prevenção ao autocídio, por promover a partilha de informações sobre o tema dentre a população que tende a ser mais vulnerável, já que segundo a OMS, os suicídios tendem a ocorrer com maior frequência dentre os jovens (WHO, 2014).

Acredita-se que mobilização foi importante para a divulgação do Setembro Amarelo enquanto campanha de prevenção ao suicídio, bem como apresentar à população as instituições de saúde e de assistência social enquanto equipamentos de proteção e promoção da vida. Uma importante estratégia de prevenção é garantir que a população tenha acesso a uma rede de proteção, por meio da garantia de direitos. Outras estratégias de proteção ao suicídio são a valorização do suporte oferecido pelas experiências culturais e de espiritualidade, o envolvimento comunitário, o suporte familiar e social (MOTA, 2018).

Abordar a temática do suicídio implica uma série de desafios. A divulgação de casos de suicídios pode favorecer a ocorrência de novos casos, ao passo que abrir espaço para o diálogo entorno do tema pode ampliar a rede de proteção às pessoas que convivem com o ideário suicida. Portanto, a realização da passeata pode ser analisada como uma importante estratégia de prevenção, porém não suficiente. Faz-se necessário que outras estratégias complementares sejam desenvolvidas a fim ampliar o suporte social e afetivo às pessoas que se encontram suscetíveis a um autocídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sugere a necessidade de investimento para ampliar a compreensão do fenômeno do suicídio e, principalmente, no desenvolvimento de estratégias de proteção e de promoção da vida. Atualmente, faz-se necessário o

fortalecimento, a divulgação e, em alguns espaços, a criação de dispositivos que favoreçam um diagnóstico precoce da crise suicida, bem como o tratamento multidisciplinar adequado, campanhas para a redução do preconceito da sociedade com relação ao sofrimento mental e a ideação suicida, campanhas para redução de acesso aos meios letais e o estabelecimento de uma rede nacional de acolhimento às tentativas e aos enlutados por suicídio, tão logo as ocorrências aconteçam.

Nesse sentido, a experiência no Estágio Básico, que possibilitou a construção da presente investigação, mostrou-se importante para a formação de um futuro profissional de psicologia, ao levantar os desafios para a lide com a temática do auticídio e na elaboração de estratégias de proteção e promoção da vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fabiana de Oliveira; MACEDO, Paula Costa Mosca; SILVEIRA, Rosa Maria Carvalho da. Depressão e o suicídio. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 233-243, jun. 2011.

BASTOS, Rogério Lustosa. Suicídios, psicologia e vínculos: uma leitura psicossocial. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 67-92, mar, 2009.

CELA, Mariana; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. O psicólogo no Núcleo de Apoio à saúde da Família: articulação de saberes e ações. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 20, n. 1, p. 31-39, mar. 2015.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP. 2013.

CREPOP, Centro de referência técnica em psicologia e políticas públicas. Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS. Conselho federal de psicologia. Brasília, 2007.

GONCALVES, Rita Maria de Abreu *et al.* Estudo do trabalho em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), São Paulo, Brasil. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 40, n. 131, p. 59-74, jun, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572015000100059&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de ago. 2017.

MOTA, Mariane Alves. **Comportamento suicida em adolescentes: uma revisão de literatura**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018.

WHO, World Health Organization. **Preventing suicide: a global imperative.**2014
[periódico na Internet] Disponível em:
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1.
Acesso em 11 de ago. 2017.